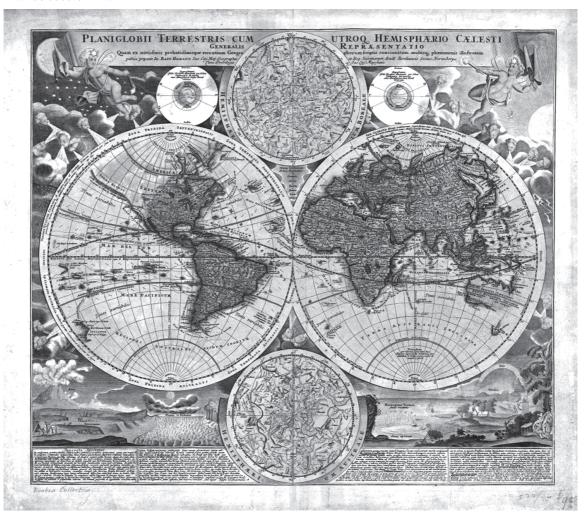
De autoria de Petrus Plancius (Amsterdam, 1594), é o primeiro mapa que utiliza cenas de fronteira decorativas, com representações alegóricas dos continentes, o que veio a dominar os mapas do mundo no final do século XVII.



Estruturação do Campo Profissional e Circulação de Saberes: O Exemplo do Trabalho Social na França*

■ Elisabeth Dugué**

Resumo: O artigo trata das difíceis e complexas relações entre o mundo do exercício profissional do trabalho social francês e o mundo da pesquisa social, considerando as mudanças recentes nas instituições de formação francesas no contexto da União Europeia, bem como as alterações na sociedade francesa e nas políticas públicas a partir dos anos de 1970. Estas últimas cobram, mais do que nunca, àquela articulação, mas que se depara com dificuldades decorrentes das transformações do Estado social francês e seu impacto nas políticas públicas e na formação profissional. Finaliza apontando a necessidade da organização político-profissional na França, que tenha como eixo a necessária relação entre investigação e intervenção, como requisito para a legitimidade profissional e o enfrentamento da crise do trabalho social.

Palavras-chave: Exercício profissional; pesquisa social.

Abstract: The article is concerned with the problematic relations between social work and social research in France, dealing both with transformations brought by the European Community in educational institutions and the new requirements for public policy decisions in that context. Stressing the effects of those transformations on social work practice and formation concludes pointing out a necessary political-professional mobilization towards the articulation of research and intervention as a fundamental step for a professional social work in France.

Keywords: Professional social work; social research.

No campo profissional do social, a vitalidade da reflexão sobre a questão do saber – relação entre saber profissional e saber teórico, modalidades de legitimação de saberes, definição da postura do pesquisador – decorre do fato de que, sob problemas epistemológicos, está em jogo a defesa de um estatuto e a estruturação

^{*} Texto traduzido do francês por Eliana Costa Guerra (professora do Departamento de Serviço Social da UFRN) e Mione Apolinário Sales (professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ).

^{**}A autora é engenheira de pesquisa em Sociologia no CNAM/Conservatoire Arts et Métiers (Conservatório de Artes e Ofícios), Paris. Áreas de concentração: profissão, qualificação, competência; estruturação do campo profissional no trabalho social. Endereço eletrônico: dugue@cnam.fr.

do meio profissional. Há anos, os trabalhadores sociais, ou pelo menos um pequeno número daqueles particularmente ativos, tentam inscrever o trabalho social entre as profissões regulamentadas. Eles militam pela existência de uma disciplina específica, reconhecida em âmbito universitário, que dê suporte teórico à combinação de saberes necessários à prática do trabalho social. A construção de um "saber próprio" permitiria aos trabalhadores sociais "constituir um grupo que poderia se apresentar como autônomo do ponto de vista de seu saber, de sua técnica e do domínio das condições de exercício profissional" (MARTIN, 1985).

O interesse pela questão tem sido aguçado pela rivalidade entre dois sistemas de formação: o universitário e o aparelho de formação de trabalhadores sociais, situado, ainda por alguns meses, sob a tutela financeira e pedagógica da DGAS (Direção Geral da Ação Social), fortemente inserido nos meios profissionais. Com o grande crescimento da profissionalização, dos estudos universitários, estes dois sistemas aparecem, cada vez mais, em concorrência direta. No momento em que a Universidade iniciava as Especializações¹ em Ciências Sociais aplicadas ao Trabalho Social, suscetíveis de possibilitar o acesso a *funções de direção* no campo do social, as formações profissionais de nível superior e, em particular, o DSTS (Diploma Superior de Trabalho Social), com uma opção pesquisa, surgem no seio do aparelho de formação em Trabalho Social. O debate sobre a pesquisa começou, então, a se organizar.

Pode-se, é certo, considerar a preocupação dos trabalhadores sociais em relação à pesquisa um mero posicionamento estratégico em um mercado competitivo. Com efeito, o reconhecimento de uma disciplina específica daria legitimidade aos profissionais para transmitir o saber relativo a essa *prática socialmente estabelecida*, com todas as vantagens indiretas (reconhecimento simbólico), mas também diretas (possibilidade de uma carreira profissional) que podem ser associadas à delimitação de um mercado profissional. Este último ponto costuma ser destacado pelos adversários desta *abordagem específica*, que temem o risco de um enclausuramento intelectual – um "minilissenkisme" (CHAVIÈRE, 1989), enquanto os profissionais

¹ Na França, o ingresso nos estudos universitários para o nível de graduação ocorre mediante aprovação no exame nacional designado "Baccalauréat" (equivalente ao ENEM/Exame Nacional do Ensino Médio). A partir da última reforma do ensino superior, as *formações em nível de pós-graduação* compreendem: "classes preparatórias", com duração de dois a três anos, cujo objetivo é tornar apto o estudante para acompanhar estudos nas grandes escolas, as quais ocupam posição de destaque no universo acadêmico francês; o "master pesquisa" e o "master profissional", com duração de dois anos, que têm por objetivo, respectivamente, preparar o estudante para a atividade de pesquisa e oferecer uma formação que conduza o estudante a uma inserção profissional de alto nível; o doutorado, com duração de três anos após a conclusão do "master pesquisa". A *formação dos trabalhadores sociais*, por sua vez, ocorre em sua grande maioria, em centros especializados – os ditos Institutos Regionais de Trabalho Social (IRTS) –, que oferecem diversos tipos de formação de nível técnico e universitário e o acesso a um *diploma de Estado* (N. T.)

² Por associação a T. D. Lissenko (1898-1976), personagem controverso da ex-URSS/União Soviética. Agrônomo, Lissenko vai desempenhar um papel de negação dos avanços da Biologia empreendidos pela "teoria da Seleção Natural", além dos trabalhos de Mendel e sua contribuição à pesquisa genética, desenvolvida no Ocidente. Aliado de I. V. Mitchourine, que, por sua vez, preferia a contribuição do naturalista francês Lamarck (1744-1829), enquanto o mundo científico tinha considerado-o limitado e o deixado para trás, após o advento de Darwin e Mendel, a partir de 1948, Lissenko empreende uma verdadeira batalha e perseguição a todos os que na URSS ousassem pleitear as inovações científicas aludidas em detrimento do "mitchourinisme". Tal atitude, típica dos tempos da Guerra Fria, logo, seguindo o esquematismo e a intolerância da forma de fazer política da época, pretendia assegurar uma via científica russa original, a qualquer custo, mesmo em detrimento da Ciência. O nome de Lissenko ficou, assim, associado a uma postura sectária em defesa de um "mercado das ideias" russas. (N.T.).

do social veem nisto uma defesa da autonomia profissional necessária ao exercício da atividade.

Mas parece reducionista considerar as expectativas das quais a pesquisa é objeto sob o ponto de vista exclusivo das correlações de força que caracterizam o processo de definição de territórios e a defesa de um estatuto profissional. Ao longo dos últimos anos, as políticas de ação social transformaram-se profundamente. Não consistindo mais simplesmente em *ajuda social*, tradicionalmente focalizada em uma categoria da população, nem em *políticas de integração* dirigidas a todos, as políticas de enfrentamento social do "não-trabalho" [chomâge] contribuíram para redefinir as formas e as modalidades da intervenção social.

Diante dessas mudanças e das dificuldades encontradas pelos trabalhadores sociais em responder aos objetivos dos seus projetos de atuação profissional, mas também em defini-las, eles se voltam para a pesquisa e, consequentemente, para formações em nível de pós-graduação. Os profissionais estão ávidos pela leitura de obras que esclareçam os fundamentos, explícitos ou implícitos, das novas formas de intervenção e de políticas. Suas expectativas vão ao encontro daquelas dos dirigentes técnicos de diferentes setores da administração pública: ao participar da elaboração de dispositivos e de medidas, eles também esperam uma renovação das teorias, uma elucidação do movimento que atravessa a sociedade, cujas transformações na *ação social* constituem um sinal.

Ora, na contracorrente desta esperança talvez desmedida, as críticas direcionadas à pesquisa e à academia são fortes. A primeira é recorrente no âmbito da ação social, em que, em geral, admite-se que a articulação entre as reflexões teóricas e os saberes advindos da prática profissional não se realiza a contento. Mas, atualmente, os julgamentos negativos exprimem-se sob uma forma um pouco diferente e mais radical. Segundo os dizeres de alguns – coordenadores de pesquisa no setor social bem como profissionais do social –, além de a pesquisa não guiar a ação (teria ela algum dia guiado?), ela, na ausência da produção de conceitos capazes de dar conta do estado atual da sociedade, não propicia mais o questionamento adequado à compreensão dos problemas sociais.

Tratar-se-ia de um mal-estar do setor profissional, que se mostra incapaz de definir seus modos de intervenção e saberes específicos, ou de um mal-estar da pesquisa e da formação acadêmica, que não conseguem elaborar novas teorias esclarecedoras para pensar os desafios atuais e os objetivos da ação social? Para aportar alguns elementos de resposta a essa questão, vamos nos apoiar em dois estudos (DUGUÉ, 1998; 2000) realizados para a Direção Geral da Ação Social (DGAS), os quais tratam da relação entre o mundo da pesquisa e da formação acadêmica e o mundo do *social*.³ A partir de dados recolhidos para esses estudos, tentaremos compreender como a relação entre estes dois mundos e a circulação de saberes – saberes dos quais os trabalhadores sociais são os detentores, saberes formalizados

³ Os termos "mundo da pesquisa" e "mundo do social" não significam que os mesmos sejam unificados. Nos marcos do presente artigo, esses termos permitem simplesmente designar dois campos profissionais: um organizado em torno de atividades próprias à ação social e outro organizado em torno de atividades de ensino de nível superior e da realização de pesquisas.

pelas disciplinas científicas – contribuem para apoiar o setor profissional e favorecem sua organização ou, ao contrário, deixam a desejar nessa tarefa.

Os Trabalhos de Pesquisa que Interessam ao Setor Social: uma Superabundância de Atores e de Escritos Poucos Difusos

Em 1989, Chauvière observava que as pesquisas relativas à *área social* eram realizadas, sobretudo, nos marcos de políticas de avaliação ou de políticas de incentivo, em bases eminentemente contratuais.⁴ Ainda hoje, uma profusão de estudos e pesquisas aplicadas articula-se dificilmente com as reflexões teóricas. O crescimento de estudos visando a fornecer dados sobre a população, a implementação de políticas sociais e as práticas profissionais dos trabalhadores sociais tem sido particularmente forte no curso dos últimos anos. O encontro entre o processo de descentralização e o desenvolvimento de dispositivos de intervenção social, contratuais, não inscritos em procedimentos do direito comum, provocou, em âmbito local e nacional, um aumento exponencial da demanda por estudos diagnósticos como também por avaliações. A generalização dos esquemas, quer sejam departamentais⁵ (a lei obriga a estabelecê-los regularmente para pessoas idosas, para a infância e para pessoas com deficiência) ou municipais (em torno da exclusão, por exemplo), possibilita a realização de estudos prévios ou de monitoramento. Os diversos processos de reorganização dos serviços sociais decorrentes da descentralização suscitaram igualmente um lote de auditorias e de relatórios. Por fim, as "políticas da cidade"6 e as políticas de inserção, especialmente o RMI (Renda

⁴ A autora chama a atenção para o caráter descontínuo de tais pesquisas realizadas mediante *contratos* com tempos de realização determinados, ao final dos quais as equipes se desfazem, não havendo perenidade. Não são linhas de financiamento permanentes que possibilitariam a estruturação de uma equipe e trabalhos de pesquisa consolidados. (N. T.)

⁵ A França organiza-se política e territorialmente como um Estado Unitário e centralizado, subdividido em "coletividades territoriais" (regiões, departamentos e comunas/municípios) com competências e responsabilidades específicas e complementares. Atualmente, existem 26 regiões, entre as quais quatro situam-se em ultra-mar; cem departamentos, entre os quais quatro em ultra-mar; e 36.600 comunas ou municípios. As regiões não gozam de autonomia legislativa nem de regulamentação. Entretanto, dispõem de uma parte dos impostos coletados pelo Estado e a elas transferida, com a qual devem assegurar diversos serviços públicos em áreas distintas como a educação (gestão dos liceus/ensino médio), ensino superior e pesquisa, formação profissional e aprendizagem, desenvolvimento econômico e ordenamento territorial, infraestrutura, entre outros. Os departamentos têm amplas competências, entre as quais se destacam a ação social, a construção e a manutenção dos colégios/ensino fundamental, das estradas. Os departamentos contam com uma assembleia deliberativa (Conselho Geral Departamental), um executivo eleito de modo indireto (o presidente do Conselho Geral Departamental) e de um gabinete. No âmbito da ação social, o departamento tem ainda a responsabilidade pela política de proteção à infância (gestão do processo de adoção, apoio a famílias em dificuldades financeiras); politica de inserção social de pessoas com deficiência; politica de proteção social à pessoa idosa; inserção social e profissional (gestão da política de Renda Minima de Inserção). Todavia, o Estado define os montantes e as condições de alocação dos beneficios). Ademais, cada departamento gere um fundo de apoio à juventude, destinados a propiciar a inserção social e profissional de jovens (entre dezoito e 25 anos); fundo de solidaridariedade às pessoas em situação de moradia precária (solidariedade moradia). Os departamentos franceses podem ser assimilados aos nossos estados. Entretanto, cabe destacar que na França, nos níveis municipal e departamental, as eleições para o Executivo são indiretas, ou seja, as câmaras e assembleias elegem os prefeitos e os presidentes dos departamentos. Desse modo, os mesmos dispõem de maioria nos seus respectivos legislativos para gerir seus territórios. (N. T.)

⁶ A política da cidade (*politique de la ville*) compreende um conjunto de ações direcionadas à luta contra os fenômenos de exclusão das populações urbanas em situação de precariedade, destinando-se especificamente a territórios (bairros) considerados "em crise". Assim, essa política prevê um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado francês visado a revalorizar os bairros que concentram segmentos da população em condições de maior precariedade, além de buscar reduzir as desigualdades sociais entre os diversos territórios. Desde seu nascedouro, essa política compreende medidas legislativas e regulamentares no campo da ação social e do

Mínima de Inserção), suscitaram múltiplos documentos de avaliação, tanto em escala nacional como local. Tudo isso explica por que o *social* aparece como "um dos grandes campos de observação, de reflexão e de intervenção para especialistas de todos os horizontes" (MEYER, 2000).

Graças a esse fluxo de financiamentos, laboratórios de pesquisas e/ou equipes universitárias puderam constituir uma base de conhecimentos especializados sobre temáticas de interesse para o setor social. Assim, determinados laboratórios puderam ser identificados, nacional ou localmente, como fontes inestimáveis de recursos. Doutorandos puderam obter financiamentos a partir de demandas locais, o que contribui, sem dúvida, para explicar o crescimento do número de teses abordando temas capazes de esclarecer e dar suporte às decisões daqueles que ocupam postos de direção ou dos profissionais do social. Se se considerar o conjunto das disciplinas (excetuando a Medicina), a quantidade de teses passou de trinta por ano, entre 1975 e 1993, a uma média de 113 por ano, entre 1996 e 1998 (DUGUÉ, 2002). Essa afluência de financiamentos permitiu, paralelamente, a emergência de consultores mais ou menos especializados no setor social que souberam rapidamente responder às demandas dos organismos financiadores. Um pequeno número entre estes – organizados em escritórios de assessoria, dedicando o essencial de seus estudos ao setor social ou ao eixo social das políticas urbanas – conquistaram uma real visibilidade. Colaborando, por vezes, com órgãos de pesquisa instituídos, tais escritórios desenvolveram um conhecimento especializado, reconhecido na área. Ao lado deles, encontra-se um grupo de consultores, dotado de grande mobilidade, trabalhando em pequenas estruturas ou mesmo exercendo atividade como free lance, às vezes em estreita relação, dominada por afinidades políticas, com um pequeno número de financiadores locais. Os escritórios de consultoria em gestão de recursos humanos - aqueles especializados em auditorias - financeira ou organizacional encontramse enfim bem presentes no setor social, ao qual eles, por vezes, impõem a aplicação de modos de intervenção e métodos de análise construídos para o setor industrial. Os consultores produzem, então, uma importante literatura – todavia, organizada em torno de necessidades da ação, esta raramente se inscreve em uma problemática mais ampla.

É necessário observar ainda a exígua participação do aparelho de formação de trabalhadores sociais nas pesquisas sobre o *social*: o relatório de Villain (1995) considerava a contribuição dos Centros de Formação de Trabalhadores Sociais⁷ "muito pouco estruturada, inteiramente abandonada à iniciativa, à convicção e en-

urbanismo, estabelecendo contratos de parceria entre o Estado e as coletividades territoriais. Por meio da política da cidade, ao longo dos anos, o Estado francês definiu zonas prioritárias de ação, para praticar a chamada "discriminação positiva". Assim, ele prevê um amplo leque de ações a serem desenvolvidas por vários ministérios visando a melhorar as condições de moradia, favorecer a reinserção profissional e o desenvolvimento econômico dos bairros, a segurança e a prevenção da delinquência, o ensino, a escolarização, por meio da promoção da igualdade de oportunidades. O marco dessa política é o ano de 1977, em um contexto de crise do capital e do modelo fordista, com a implantação das operações HVS (Habitat e Vida Social), cujo objetivo era reabilitar/renovar o parque de habitações sociais com financiamentos do Estado. (N. T.)

⁷ Os Centros de Formação de Trabalhadores Sociais são financiados principalmente pelo Estado. Segundo as atividades desenvolvidas por cada estabelecimento, outros parceiros podem aportar financiamentos complementares, a exemplo notadamente das *coletividades territoriais*. Entre 1984 e os dias de hoje, o número de seções de formação (compreendendo todas as profissões do social) cresceu de onze para cem, enquanto o efetivo de alunos formados cresceu apenas em uma media de três para cem.

genhosidade de alguns formadores". É certo que a *lei contra a exclusão*⁸ atribui uma missão de desenvolvimento da pesquisa aos centros de formação. Entretanto, esta missão não se acompanha nem da atribuição de créditos, nem da existência de um estatuto inscrevendo a pesquisa entre as atividades legitimas e de carreira dos formadores. Isso explica o número reduzido de centros de formação que conseguiram institucionalizar atividades de pesquisa: entre os 140 centros de formação em trabalho social abrangidos potencialmente, por organizarem formação em nível III e II,⁹ apenas uma dúzia consegue manter uma atividade regular de estudos e pesquisas, graças a uma verdadeira corrida em busca de financiamento. As exigências e limitações financeiras explicam a dispersão das temáticas e a fragilidade da atividade de publicação, que não é inexistente, mas apoia-se em estruturas – editoras e revistas – que não correspondem às exigências acadêmicas. Desse modo, tais publicações dificilmente conseguem alcançar um reconhecimento mais amplo fora do campo do *social* e, em particular, alimentar os debates nas disciplinas já estabelecidas.

No âmbito do social, a superabundância de dados e de análises, quer sejam produzidas por consultores ou por pesquisadores, convive com certa falta de visibilidade e com a dificuldade em organizar o debate a partir de tais produções. Evocando a tendência a um "monopólio da avaliação", em função dos dispositivos territoriais, lon (1990) afirma que esta "formidável superprodução estatística [...] leva, na maior parte dos casos, a dispensar uma reflexão sobre o sentido das informações assim produzidas". A difusão, a confrontação e a contextualização desses incontáveis trabalhos são praticamente impossíveis por diversas razões.

Devido a rivalidades internas, a superposições de competências e à difícil articulação entre lógica hierárquica e lógica de projeto, em geral, os levantamentos produzidos circulam de maneira insuficiente no interior das instituições financiadoras. Quanto à difusão, a qual permite que dados e reflexões gerados por esses estudos e pesquisas tornem-se conhecidos em espaços exteriores à instituição demandante, ela pode ser ainda mais difícil de garantir. Ao lado dos relatórios oficiais que, em geral, beneficiam-se de uma verdadeira política editorial, numerosos

⁸ A Lei 98.657, de 29 de julho de 1998, menciona em seu artigo primeiro que "a luta contra as exclusões está no coração da ação do Estado, que deve garantir a coesão social, a solidariedade efetiva com os concidadãos e o respeito aos valores republicanos que atuam como cimento da sociedade". Afirma, assim, alguns objetivos: assegurar o acesso de todos aos direitos fundamentais, prevenir situações de exclusão, responder eficazmente à urgência social e buscar coerência entre as ações desenvolvidas nos marcos do programa de luta contra a exclusão. Prevê um *plano nacional* de reforço à luta contra a precariedade e a exclusão, por meio de um efetivo empenho na garantia ao acesso aos direitos de cidadania, acesso à moradia, melhoria dos dispositivos de urgência social, melhorar e facilitar o acesso aos cuidados médico-sociais. Assim, a lei materializa-se por meio da luta contra a exclusão urbana, por meio de uma série de políticas e programas: *política da cidade*; luta contra as discriminações raciais, abrigo de pessoas demandantes de asilo; programas de inserção no mundo do trabalho, entre outros. (N. T.)

⁹ Os *tipos de formação* são diversos e complexos, dependendo de diferentes ministérios e englobando ainda a formação dos diretores e gestores atuando no social. Cerca de 356 estabelecimentos de ensino preparam por ano 54.000 profissionais, entre os níveis I e V. O código da ação social e familiar prevê catorze tipos de diplomas diferentes, mas existem ainda aqueles que dependem do Ministério da Justiça, da Educação Nacional, da Juventude, do Esporte etc., que contribuem para qualificar a ação dos profissionais do setor social e médico-social. A legislação francesa optou por manter autônoma a formação de trabalhadores sociais em relação à dinâmica da educação nacional. A partir da Lei contra a Exclusão (1998) e do surgimento de outras demandas advindas (política da cidade, por exemplo), os centros de formação tiveram que se adaptar, passando a oferecer não apenas os tipos de formação iniciais, mas a formação em nível superior e a formação contínua de profissionais. (N. T.)

trabalhos, com efeito, mais modestos em suas ambições, não constituem objeto de qualquer difusão. Os trabalhadores sociais engajados em pesquisas queixam-se frequentemente de terem que trabalhar em um regime de semiclandestinidade. No melhor dos casos, a instituição em que trabalham ou para a qual produzem não demonstra interesse pelos trabalhos de pesquisa que esses profissionais realizam e, pior, entrava sua difusão. Em primeiro lugar, a circulação de conhecimentos sofre os reveses da intensa correlação de forças que pesa sobre o *social*; esta última pode explicar certas resistências em pôr tais análises ao alcance de todos.

A má vontade dos organismos contratantes e financiadores pode ir ao encontro da inércia e do abatimento dos autores. Alguns consultores e especialistas nessa área, é verdade, esforçam-se para fazer conhecer seus trabalhos no meio profissional, publicando artigos ou obras, ou mesmo editando revistas. Mas, para a maioria deles, inseridos em práticas fortemente competitivas, nas quais a legitimidade não se baseia em publicações, a difusão dos trabalhos de levantamento de dados e de pesquisas pode parecer quase contraproducente. Globalmente, o mundo dos consultores não opõe qualquer estratégia de resistência para evitar a semiclandestinidade induzida pelo funcionamento das instituições sociais.

Não é esse o caso dos pesquisadores acadêmicos, quer sejam autores de estudos ou de pesquisas, os quais são capazes, sem dúvida, de reivindicar uma maior difusão e debate em torno dos resultados de diversos levantamentos. É menos ainda o caso de trabalhadores sociais que se esforçam em dar a conhecer seus escritos, publicando-os em revistas profissionais ou editando seus trabalhos, sobretudo, quando obtiveram um reconhecimento acadêmico. Alguns editores – Harmattan, edições ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública) e Dunod – desempenham um papel significativo no setor profissional, difundindo relatórios ou teses. Todavia, não existem estruturas instituídas em torno das quais se possam organizar o confronto de dados e sua problematização. Faltam pontos de apoio, como se observa, tanto no que se refere ao campo do incentivo à pesquisa quanto no que concerne a mobilização do campo profissional.

Um Mundo da Pesquisa em Perpétua Recomposição

No tocante à ação e ao trabalho social, a universidade e os grandes organismos de pesquisa encontram-se mal equipados para assegurar o mesmo papel que já vêm desempenhando nos campos disciplinares já constituídos: os colóquios e as revistas especializadas representam espaços de encontro dos pesquisadores, ocasiões de problematização e confronto entre os dados obtidos em suas pesquisas de campo e as teorias e conceitos. O sistema das carreiras universitárias obriga professores e pesquisadores¹⁰ a confrontarem regularmente seus trabalhos com aqueles da comunidade à qual pertencem. Nada disso existe em torno da ação e do trabalho social, que formam um campo de prática, mas não uma disciplina científica.

¹⁰ Normalmente, pesquisadores que prestaram concurso para o CNRS/Centre National de la Recherche Scientifique – equivalente ao nosso CNPq –, agregam-se a instituições universitárias ou centros de pesquisa, para o desenvolvimento dos seus projetos. Seu estatuto é o de *pesquisador* e não de professor. Eventualmente, pode haver coincidência de estatutos. O "pesquisador", no entanto, não se envolve necessariamente em atividades de docência. (N. T.)

Uma das dificuldades com as quais se defronta o *setor social* é justamente a ausência de um ambiente de pesquisa constituído de forma duradoura em torno das questões que o atravessam. Tal dificuldade explica-se evidentemente pela falta de uma disciplina instituída e pela quantidade de disciplinas que são mobilizadas, uma após outra, para esclarecer e dar suporte à ação social. A sociologia, a psicologia e as ciências da educação são as principais, entre elas, a se envolverem nessa tarefa de produção de fundamentos teóricos para o campo social. A proporção importante de teses nessas áreas que tratam de temas de interesse do *setor social* – em sociologia, representam 17% do total de teses produzidas entre 1996 e 1998 – confirma que as problemáticas que lhe concernem adquirem nestes campos disciplinares uma legitimidade crescente. Porém, tal percepção não é suficiente para desencadear um efeito estruturante que culmine no reconhecimento de uma especialidade: tornase, então, difícil organizar um movimento de questionamento acadêmico, a partir do interior destas três disciplinas, em torno de um objeto ou com relação a teorias e conceitos relativos ao *social*.

Ademais, não seria razoável reduzir o campo das disciplinas passíveis de serem solicitadas pelo setor social às três precedentes: o direito, a economia, a antropologia, a linguística, as ciências políticas e a geografia constituem igualmente pontos de apoio importante para fundamentar a ação e o trabalho social. Em face de tal dispersão, os mecanismos instituídos, 11 capazes de apoiar o reagrupamento de vários laboratórios em torno de projetos científicos, são, sem dúvida, pouco explorados. Contudo, parece difícil que tal situação venha a ser diferente, na medida em que o *trabalho social* e a *ação social* permanecem ainda objetos científicos pouco atrativos, por não haver uma carreira universitária que os articule.

Conta-se, então, com uma miríade de meios intelectuais, potencialmente ligados por objetos de pesquisa próximos, cujo intercâmbio entre os mesmos ainda não se encontra organizado. É certo que a situação, hoje, não pode ser comparada àquela prevalecente nos anos 1970, período em que o debate intelectual encontravase isolado em uma espécie de gueto. Desde então, as pesquisas sobre o social adquiriram uma legitimidade e esse meio conseguiu se institucionalizar parcialmente. À existência da MIRE (Missão interministerial para a Pesquisa) contribuiu, por meio do estabelecimento de financiamentos, para a organização de colóquios sobre a pesquisa no setor social; a produção de revistas de qualidade possibilitou intercâmbios entre pesquisadores e profissionais; a edição se desenvolveu; os diferentes anuários de pesquisa, entre os quais aquele elaborado pelo Sr. Chauvière (1996) compõem uma lista não exaustiva; o Salão do Livro Social; todas essas iniciativas concorreram para dar visibilidade ao social. Todavia, essa institucionalização parece gozar ainda de uma extrema fragilidade. Na verdade, a constituição de um campo de pesquisa vinculado ao setor social efetua-se, essencialmente, de maneira clandestina; ela repousa amplamente sobre redes informais e sobre o encontro entre indivíduos apaixonados pela pesquisa e pela profissão, que assumem o risco de ver

¹¹ Os Grupos de Pesquisa (GDR/Groupes de Recherche), organizados pelo CNRS/Centro Nacional da Pesquisa Científica (Centre National de la Recherche Scientifique) ou os Programas Pluriformação (PPF), implementados pelo Ministério da Educação Nacional.

suas carreiras desenvolverem-se lentamente, e instituições que aceitam apoiá-los fazendo "vista grossa" às suas iniciativas. A cada uma das frágeis instâncias de coordenação do meio social – Anuário de Pesquisa, RUFS,¹² Ecarts (Escritório de Estudos Econômicos e Sociológicos), Salão do Livro Social, Rede de História – poderia se associar o nome de um indivíduo. Quando, cansado pela ausência de reconhecimento institucional, este abandona o combate, a instância que coordenava entra em estado de latência ou desaparece e o conjunto dos profissionais e pesquisadores daquele campo é penalizado.

Essas instâncias de coordenação querem pôr em relação profissionais da prática e pesquisadores e, assim, construir uma continuidade entre conhecimentos teóricos e saberes advindos da ação. Não há dúvida de que a fragilidade desse processo é um reflexo das oposições entre os diferentes atores implicados na questão. A definição da pesquisa, da postura do pesquisador, da relação que deve existir entre pesquisa e ação constitui objeto de debate, e mesmo de conflitos, engendrando relatórios e artigos contraditórios.¹³ A pesquisa francesa está longe de fornecer aos trabalhadores sociais o espaço que, por exemplo, a escola de Chicago a eles concedeu no âmbito da Sociologia. À "grounded theory", 14 que caracteriza os trabalhos relacionados a essa corrente, tem por ambição construir abordagens teóricas a partir da prática, efetuando "um trabalho de tradução a partir das palavras das pessoas, de categorias as mais comuns até as palavras do sociólogo, às categorias mais teóricas" (DEMAZIÈRE e DUBAR, 1998). A tradição francesa, amplamente organizada a partir do método hipotético-dedutivo, encontra-se bem longe de tal esforço de conceituação. No universo francês, encontramo-nos, então, frente a dois grupos que poderiam desempenhar um papel organizador, mas que dificilmente dialogam.

De um lado, pesquisadores tomam o trabalho social ou a ação social por objeto de investigação, utilizando as teorias e os conceitos de sua disciplina. Se os trabalhadores sociais querem adotar esse tipo de postura e alcançar a legitimidade científica, devem se submeter às dinâmicas e aos *modelos* de tais disciplinas. A análise dos programas de DEA¹⁵ e das formações asseguradas pelo Promofaf¹⁶ em

¹² RUFS – Rede Universitária de Formação do Social (Réseau Universitaire des Formations du Social).

¹³ Pode-se citar, por exemplo: CASTEL e SOULET, 1985; CHAUVIÈRE, 1989; ONFTS, 1999.

¹⁴ Trata-se fundamentalmente de uma *metodologia de pesquisa qualitativa* em Ciências Sociais, criada no final dos anos 1960 por Barney Glaser e Anselm Strauss, os quais defendiam como ponto de partida a coleta de *dados* para o conhecimento do real, com a possibilidade, assim, de identificação de *novas categorias*. Ela segue o caminho inverso da pesquisa tradicional, que parte de hipóteses teóricas a serem aferidas empiricamente. (N. T.) ¹⁵ Diplomas de Estudos Aprofundados (DEA), categoria de diploma em nível de pós-graduação, direcionado para a formação de pesquisadores, que, uma vez obtido e mediante a apresentação de um projeto de pesquisa, passavam a ter acesso à formação doutoral. Este diploma foi substituído pelo Master Pesquisa (I e II), em vigor a partir do decreto n. 2002-482, de 8 de abril de 2002. A partir de 1998, na França, os governos buscaram progressivamente transformar o sistema de ensino universitário por meio da chamada "reforma LMD" proposta nos marcos da construção do espaço europeu de ensino superior. Tal reforma envolve mais de quarenta países europeus que decidiram "harmonizar" seus diplomas entre 2002 e 2010 para favorecer a mobilidade dos estudantes. Esse processo, também designado *Sorbonne-Bologne,* consiste em um compromisso de países europeus em construir um espaço de ensino superior antes de 2010, por meio da implantação de sistemas universitários integrados baseados em três ciclos: *licence* (licenciatura ou *Bachelor*, bacharelado), máster e doutorado. A reforma LMD consiste em implementar a formação universitária estruturada em créditos semestrais, organizados

1998 (DUGUÉ, 1998) mostra que as constatações sobre a Universidade feitas por Castel e Soulet, em 1985 – "a situação corrente, aquela em que nada é feito para levar em conta as especificidades do setor social, predomina" –, continuam atuais. De outro, os profissionais do social, que querem pôr em evidência os saberes específicos de sua prática, reivindicam outra via. Esse é o caso de numerosos centros de formação do trabalho social, encarregados da formação em alternância, por atividades de orientação ou de consultoria, além de avaliações de políticas ou das ações locais, que produzem dados e reflexões sobre a implementação e o desenvolvimento de políticas, a evolução das práticas e a situação das populações beneficiadas. Esses centros organizam, de modo específico, a relação entre saber e ação, referindo-se, explicitamente ou não, à corrente da pesquisa-ação. Entretanto, como regra geral, eles não conseguem valorizar ou mesmo formalizar seus trabalhos que, por isso, gozam de um reconhecimento limitado. Certamente, a existência de uma possível abordagem própria ao trabalho social – a praxeologia – 6 objeto de uma afirmação e mesmo de uma reivindicação coletiva. Todavia, essa corrente produz

nos três eixos ou diplomas acima indicados. Assim, concebeu-se, inicialmente as licences (licenciaturas, equivalentes a três anos de estudos superiores após o baccalauréat - ENEM/Exame Nacional do Ensino Médio-, com a obtenção de 180 créditos de formação superior - ECTS - European Credit Transfert System -, o máster, equivalendo a cinco anos de estudos após o baccalauréat, ou 120 créditos – ECTS –, suplementares perfazendo um total de trezentos ECTS, e o doutorado equivalendo a Bac + oito anos de estudos, compreendendo 180 créditos ETCS, e um diploma atribuído após a defesa de uma tese, perfazendo um total e 480 ETCS. Na França, o decreto 2002-482, de 8 de abril de 2002, fixou as condições e regulamentou a construção do espaço europeu de ensino superior, orientando a transição do sistema francês de ensino à nova organização. As dificuldades enfrentadas na transição do modo tradicional para o atual decorrem da busca de tornar independentes um semestre de outro, permitindo ao estudante avançar de ano, sem ter concluído todas as unidades de ensino dos semestres precedentes (flexibilização), além do problema criado para os diplomas intermediários (BAC + 1, BAC + 2, BAC, etc.) e das dificuldades de articulação entre os cursos universitários e os cursos superiores não universitários ou técnicos, a exemplo daqueles organizados pelos Institutos Universitários Profissionais e IUP e os Institutos Universitários de Tecnologia (IUT). Na França, o máster pesquisa e o máster profissional substituíram os antigos Diploma de Estudos Superiores Aprofundados (DEA) e o Diploma de Estudos Superiores Especializados (DESS), este último destinado a orientar o estudante para a atuação pro-fissional e o primeiro reservado a preparar o estudante para ingressar em um doutorado e na carreira acadêmica. Os níveis intermediários continuam a existir: Licence I, II e III, Máster I e II, equivalendo à quantidades de créditos obtidos (sessenta créditos equivalem a 1.440 horas divididas entre aulas teóricas, estágio, atividades complementares...). (N.T.)

¹⁶ Promofaf: Fundo de Seguro para a Formação Profissional, foi criado em 19 junho de 1972 pelos Sindicatos e Federações de Empregadores e os sindicatos representativos dos trabalhadores assalariados do setor sanitário e social privado, com fins não-lucrativos. Tratava-se de um organismo coletador reconhecido oficialmente e gerido paritariamente. Considerado um instrumento privilegiado da profissionalização desse setor, o Promofaf foi substituído, em 2004, pelo UNIFAF, tendo sua estrutura anterior consolidada e ampliada. (N. T.)

¹⁷ O contrato de formação em "alternância" objetiva possibilitar aos jovens com idades entre dezesseis e 25 (ou mais), sob algumas condições de estabelecer um contrato de trabalho alternando formação em uma empresa e em um centro de formação de aprendizes (CFA). O estudante "em alternância" pode, desse modo, confrontar permanentemente a abordagem teórica à prática profissional. Ademais, ele investe na obtenção de um diploma, sendo remunerado durante este tempo e beneficiado das vantagens sociais de um assalariado (seguridade social, seguro desemprego, férias remuneradas etc.). Ademais, a formação em alternância permite uma inserção em realidades concretas por meio de estágios de formação, bem como o retorno à aprendizagem daqueles que há muito exercem atividades profissionais e necessitam de uma atualização. Desse modo, tem-se o contato com novas experiências e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre a prática. (N. T.)

Optamos por criar um neologismo a partir da própria designação presente no texto original "praxeologie" por compreendermos que não se trata de *práxis*, no sentido marxiano mais comum no debate do Serviço Social no Brasil, mas de conhecimento aferido a partir da prática, apontando para um processo de questionamento da formação e da ação profissional do Serviço Social francês, buscando evidenciar a necessidade de uma base teórica, não subestimando o acúmulo de saberes originários da prática. A autora chama a atenção para o aspecto interdisciplinar e para a busca de bases pelo serviço social em toda uma gama de saberes, nutrindo-se deles, mas podendo também enriquecê-los. Para confrontar a experiência francesa com o processo vivenciado no Brasil, no âmbito do Serviço Social, conferir reflexões constantes no *Caderno ABESS n. 1*, em particular o artigo de José Paulo Netto e de Alba Maria Pinho de Carvalho. (N. T.)

atualmente uma reflexão sobre o estatuto do saber e as condições de sua produção, 19 o que se refere muito mais à epistemologia do que à teorização de saberes relativos ao *social*.

A separação existente entre pesquisa fundamental e "trabalhos autorreflexivos [...] limitados em sua dimensão científica" desempenha um papel central na ausência "de um meio de pesquisa atuante" (CASTEL e SOULET, 1985). Não há continuidade e nem mesmo debates entre os trabalhos originários dessas duas grandes correntes. Esse conflito contribui para a não constituição de um verdadeiro meio científico em torno das políticas e do trabalho social. Ele explica, sem dúvida, em parte, as dificuldades encontradas pelos grandes organismos nacionais financiadores de pesquisa. Estes se queixam do frágil retorno dado pelo setor social a seus editais – com pequeno número de propostas, até mesmo ausência de respostas, projetos de pesquisa julgados fracos pelos financiadores, não-renovação das problemáticas, recusa dos pesquisadores em adaptarem suas metodologias e proposições às demandas e expectativas dos organismos financiadores. É necessário notar que, inversamente, muitos pesquisadores acusam o mundo da administração por essa situação. Eles reclamam da não-renovação das equipes de financiadores ou pelo menos das temáticas que essas produzem. Segundo eles, os temas dos editais, que se inspiram naqueles da pesquisa instituída, são pouco originais e distantes das questões da atualidade.

Pode-se observar, é claro, a existência de contra-exemplos. Os financiadores podem implementar esquemas de parcerias para tratar objetos transversais a seus campos de competência. Assim, eles orientam, de maneira duradoura, um certo número de trabalhos tratando grandes temáticas que lhes interessam diretamente. Operações de tal envergadura, mobilizando um número importante de equipes em torno de uma temática de pesquisa, são, entretanto, excepcionais. De modo geral, a ausência de coordenação entre as instituições demandantes de pesquisa e a falta de regularidade dos editais vão ao encontro do não-recrutamento de jovens pesquisadores e de uma legitimidade ainda pouco consolidada da ação e do trabalho social entre as disciplinas científicas. Isso impede a formação de um conjunto de pesquisas, assim como a reconstituição permanente de um corpo de pesquisadores competentes nesta área. Na impossibilidade de contar com um posto de trabalho estável, os pesquisadores passam de um edital a outro. Ademais, os financiamentos voltados para o social são escassos, os editais bastante contrastantes, o que não favorece a produção de um efeito cumulativo: os jovens pesquisadores que começam a adquirir uma cultura do meio partem muito rapidamente para outro tema.

A Organização da Ação Social: o Enfraquecimento das Referências

A ausência de estruturação das pesquisas portando sobre o social deve ser confrontada com as evoluções que, modificando os fundamentos da ação social e as formas de organização que estruturam o trabalho social, alteram também os modos de articulação entre pesquisa e meio profissional.

.....

¹⁹ Cf., por exemplo, as diferentes contribuições ao seminário de pesquisa Problemas Epistemológicos da Pesquisa sobre Trabalho Social, ETSUP, 2000.

Os anos 1970: a Organização das Especializações

Há uma profunda relação entre a existência de um campo de pesquisa instituído, quer seja ou não organizado em uma disciplina científica, e a delimitação de um objeto específico, ou melhor, de um modo de análise dos objetos e das situações. Seria possível encontrar um eixo em torno do qual se organizaria o conjunto das pesquisas no setor social? M. H. Soulet (2000) propõe o "caráter intervencionista" ou seja, a "exigência de transformação das situações problemáticas". A proposta de Soulet pode talvez ajudar a programar uma futura estruturação, mas ela parece inapta a organizar o conjunto dos trabalhos atualmente disponíveis. As pesquisas que tematizam o social são heterogêneas umas em relação às outras, o que reflete a ausência de unidade do campo profissional, fundamentalmente dividido. Mas, até o período das grandes transformações dos anos 1980, essa heterogeneidade estava organizada e posta a serviço de uma política que se pretendia coerente e em sintonia com afirmação de um projeto de sociedade.

A fragmentação do campo profissional relaciona-se com a história (que justapôs e, em seguida, organizou ações particulares), mas também com uma vontade política, de que a especialização apareça como garantia de uma ação eficaz. Como lembra Castel (1998), as políticas sociais dos anos 1970 distinguiam certos grupos, especialmente frágeis, aos quais era reservado um tratamento particular, com base no princípio de tentar compensar suas deficiências. Focalizadas em conjuntos bem definidos da população, essas políticas eram centradas, portanto, em certas categorias. Elas definiam campos de ação e técnicas de intervenção especializadas. Coexistindo com o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo que se forjou neste período, a diversidade de intervenções realizadas por trabalhadores sociais impediu, senão a efetivação de referências comuns, pelo menos a constituição de um modo homogêneo de abordagem das populações-alvo e de seus problemas. A heterogeneidade das formas de ação explica a "dificuldade de se ter uma organização coletiva, tanto no nível dos diversos ramos da profissão,20 quanto no que se refere ao conjunto da categoria" (ION e TRICART, 1985). Tal heterogeneidade explica ainda a impossibilidade de definir um modo de análise, para não evocar mesmo a

²⁰ O *métier* do social, isto é, o amplo domínio profissional do trabalho social, na França, é composto de diversas sub-profissões cujos conteúdos, tempo de formação e status variam bastante. Há autonomia entre eles, sendo necessária uma formação específica para atuar em áreas distintas, como animação social (trabalho comunitário e mobilização social), educação especializada (abrigos e projetos com adolescentes ou ainda adultos com deficiências físicas e/ou psíquicas, com dificuldades de inserção social e profissional), entre outras. Os trabalhadores sociais envolvem, assim, as categorias de educadores e animadores sociais, mas também as de auxiliar de vida social, assistente médico-psicológico, técnico de intervenção social e familiar, conselheiro em economia social e familiar, mediador familiar, gestor de unidade de intervenção social, especialista em engenharia social, diretor de estabelecimento ou de serviço de intervenção social, educador técnico, educador de crianças com idade inferior a três anos, e assistente de serviço social, entre outras. Porém, lá o que se chama de assistente social é o trabalhador social que trabalha essencialmente no âmbito das políticas de transferência de renda, atuando nas estruturas das caixas de alocação social e na previdência social. Com sua formação e experiência profissional, o assistente social pode exercer as seguintes funções: responsável por uma circunscrição da ação social (nível departamental, por exemplo), assessor técnico, diretor de serviços sociais, diretor de estabelecimento de ação social e conselheiro socioeducativo. Os trabalhadores sociais, de modo geral, são empregados pelas coletividades locais (municípios, departamentos), pelo Estado (Ministérios de Assuntos Sociais, da Educação Nacional, da Justiça), por organismos públicos ou para-públicos (caixas de seguridade social, caixas de alocações familiares, hospitais), por empresas industriais e comerciais privadas e públicas, organizações não-governamentais do setor sanitário e social. (N. T.)

já aludida dificuldade de definição de um objeto de pesquisa, que possa ser esclarecedor para o conjunto das formas de intervenção.

Os trabalhos de pesquisa produzidos a partir das necessidades ou aportes de conhecimento do setor social não constituem, assim, um campo propriamente dito de pesquisa, mas uma justaposição de esforços e experiências de natureza investigativa organizadas a partir das formas de intervenção. Estas se definiram pouco a pouco, ao mesmo tempo em que o Estado Providência se instalava, a ação social se estruturava e o trabalho social se profissionalizava. Um núcleo de definições e de problemáticas pôde emergir em torno das populações-alvo, das práticas e dos problemas sociais: conjuntos de pesquisas constituíram-se, voltadas para pessoas com deficiência, para a infância em risco e para a família. Apoiadas em disciplinas científicas, essas pesquisas foram apoiadas e estruturadas por instituições organizadoras das intervenções e, muitas vezes, financiadoras de pesquisa. O recorte e a subsequente delimitação das políticas sociais, que serviram de suporte à organização dos grandes ramos profissionais do social, possibilitaram, igualmente, a estruturação do conjunto de campos de pesquisa.

Segundo o modelo ideal dos anos 1970, a articulação entre esses conjuntos de pesquisas e o setor profissional repousa sobre duas bases. Espaços de referência especializados (lieux ressources), com modos de funcionamento e produções variados, organizaram-se a partir de grandes temáticas ligadas às diversas políticas setoriais. Esses espaços possibilitam encontros entre pesquisadores e profissionais e entre disciplinas científicas mobilizadas para a compreensão dos objetos e para a elaboração de conceitos. Os CREAI (Centro Regional para a Infância e a Adolescência Inadaptada), o CNTERHI (Centro Técnico Nacional de Estudos e de Pesquisas sobre as Deficiências e as Inadaptações), o CNFE/PJJ (Centro Nacional de Formação e de Estudo da Proteção Judiciária da Juventude) representam bons exemplos destes espaços de difusão da pesquisa e de mobilização do meio profissional. A articulação entre prática de campo e corpos de pesquisa tem sido igualmente propiciada pelos sistemas de formação. Estes, organizados por ramos da atividade profissional, correspondendo ao recorte definido pelas políticas setoriais, contribuem para estruturar os saberes e para tornar visíveis e legítimos os conceitos e teorias explicativos do social.

Apoiando-se na trama desenhada pelas frentes de intervenção, tem-se, então, uma espécie de rede constituída por centros de formação e por espaços de referência. Essa rede cobre o campo profissional desde os que estão inseridos na prática até os pesquisadores, dos trabalhadores sociais até os funcionários do Ministério, organizando os intercâmbios intelectuais e fixando as referências profissionais.

Estruturas de Atuação Duplamente Fragilizadas

As formas de intervenção correspondentes às políticas focalizadas e as categorias conceituais que permitem iluminar a prática profissional tornam-se marginalizadas, quando, juntamente com o aumento do desemprego, produz-se a crise do *modelo de Estado Social* e a reviravolta nos princípios que guiavam a ação social. As evoluções, apresentadas sinteticamente no relatório Lorthiois (2000), atingem a estruturação da ação social e põem em questão a organização e o conteúdo das

atividades especializadas do social. Assim, as políticas de inserção – e particularmente o RMI – recriam a relação entre assistência e seguridade, abalando os fundamentos da intervenção dos trabalhadores sociais. Do mesmo modo, as políticas da cidade, ²¹ ao se colocarem como objetivo a dinamização da sociedade civil, redefinem a relação entre trabalhadores sociais e atores do meio associativo, entre profissionais e voluntários. As políticas de emprego subvencionado – CES, Empregos-Jovens [*Primeiro Emprego*] – redistribuem as atividades a partir de novas bases.

Os problemas e práticas a partir dos quais foram constituídos objetos de pesquisa que adquiriram legitimidade no setor veem-se em concorrência com problemas e práticas postos por estas novas políticas. Ora, por enquanto parece difícil identificar a emergência de novos objetos de reflexão. Ou melhor, ao emergirem, esses objetos não conseguem irrigar os respectivos meios profissionais, o que suscita recriminações sobre a incapacidade da pesquisa em produzir reflexões e conceitos pertinentes para a situação social atual. Não há dúvida de que essa incapacidade advém de insuficiências do mundo da pesquisa, já evocadas, mas ela tem também origem na organização da ação social.

As estruturas de atuação profissional herdadas dos anos 1970 foram duplamente fragilizadas, com exceção da CNAF (Caixa Nacional de Alocações Familiares). A pesquisa sobre as políticas direcionadas à família representa, desse modo, um contra-exemplo da situação aqui descrita. Ao financiar pesquisas que permitem analisar as políticas e seus efeitos, a CNAF favorece igualmente a circulação de saberes oriundos da prática profissional e saberes teóricos. Uma circular interna, datando de 1977, precisava, inclusive, que as pesquisas encomendadas pela instituição deveriam possibilitar a aquisição de informações mais rigorosas sobre as famílias, associando nas pesquisas de campo pesquisadores e profissionais do setor social, nos moldes de práticas de *pesquisa-ação*. O desaparecimento do centro de formação profissional concorreu para arrefecer essa corrente, todavia a tradição continuou viva. As duas revistas editadas pela CNAF – *Informações Sociais, Pesquisas e Previsões* –, reconhecidas pelos gestores, profissionais e meio acadêmico, representam espaços de valorização das pesquisas, inclusive daquelas realizadas pelos profissionais.

Salvo este caso, deve-se constatar o complexo arranjo e a difícil relação entre políticas setoriais e políticas transversais. Com a multiplicação de delegações interministeriais efêmeras (DRMI, DIV, DIIJ, DIF)²², cada uma gerindo um conjunto de dispositivos e de ações, a proliferação de espaços de elaboração de políticas sociais atingiu tal ponto que não se consegue mais identificar, em escala nacional, quem comanda e se responsabiliza. Ademais, na esfera local, a descentralização privou o Estado e seus serviços "desconcentrados" de uma parte de seus poderes

²¹ Cf. nota 8. Políticas de Estado em parceria com as coletividades territoriais, de caráter eminentemente urbano, mas acompanhadas de intervenções de caráter social e econômico. (N. T.)

²² Respectivamente, Delegação Interministerial para o RMI, a Cidade, a Inserção dos Jovens e a Família. Preferimos manter, na tradução, o termo francês *Delegação* (délégation) e não Direção ou Departamento, designações mais comuns, em estruturas afins no Brasil, porque, no complexo universo da administração pública francesa, tais estruturas atuam, de fato, orientadas por funções delegadas pelos diversos ministérios. (N. T.)

que foram transferidos para as coletividades territoriais.²³ Desse duplo movimento decorre o enfraquecimento dos espaços de mobilização e de atuação profissional ou a concorrência provoca a indiferenciação ente eles. A distribuição de responsabilidades relativas à ação social contribui para a ausência de um debate nacional, uma vez que diferentes segmentos do Estado dificilmente conseguem se articular ou, no pior dos casos, entram em competição. Assim, a falta de articulação entre o MIRE/Ministère de la Recherche (Ministério da Pesquisa) e a DGAS (Direção Geral da Ação Social), as relações tensas entre a DGAS e as diferentes delegações interministeriais (em particular a DIV)²⁴, as difíceis relações entre o Ensino Superior e a DGAS, tudo isso entrava as possibilidades de emergência e, sobretudo, de legitimação de objetos de pesquisa, coerentes com as novas modalidades de ação.

Paralelamente, é preciso observar o desenvolvimento de cursos universitários de formação profissional, os quais participam das primeiras formas de socialização dos profissionais que intervêm nesses novos dispositivos. Esses cursos contribuem, por sua vez, para organizar os saberes relativos à ação social segundo uma lógica diferente daquela que tradicionalmente orientou os centros de formação. Os diferentes modos de regulação acadêmica, que dão uma ampla autonomia aos produtores de formação, e o apoio em lógicas locais contribuem para a heterogeneidade das formações. Quando transmitidos pelo sistema universitário, os *saberes* e as *competências* necessárias à prática profissional, além das teorias e dos conceitos capazes de orientar as políticas e os modos de intervenção não são designados tão claramente quanto ao serem organizados em um aparelho de formação diretamente controlado pelo Estado.

A trama descrita acima já não consegue mais desempenhar seu papel. Ora, a articulação entre os diversos dispositivos implementados pelas delegações interministeriais e o mundo, mais instituído, do trabalho social não se processa de maneira simples. As dificuldades dos profissionais para efetuar um verdadeiro trabalho de parceria podem ser, em parte, consideradas reflexo do conflito, não-elucidado, entre políticas que repousam sobre concepções praticamente opostas. A título de exemplo, podem-se evocar as resistências de certos serviços municipais ou de certos profissionais – assistentes sociais ou educadores –, em face das políticas territoriais

²³ Coletividades territoriais na França é uma noção que define um conjunto de entes politico-administrativos. Compondo o quadro das coletividades territoriais, destacamos as cerca de duzentas *intercomunalidades* (os consórcios de municípios seriam o modelo mais próximo desse tipo de organização política e territorial, com um diferencial importante: algumas "intercomunalidades" gozam de poder político), a exemplo das "comunidades urbanas", que constituem tipos particulares de "intercomunalidades", organizadas como consórcios, dispondo de poder político, uma vez que são comandadas por um colegiado de vereadores (*élus locaux*), designados em cada município pelas respectivas câmaras para compor uma espécie de câmara intermunicipal, responsável política e técnica pela gestão de serviços delegados a essa instância, a exemplo da coleta e do tratamento do lixo urbano, dos transportes da aglomeração urbana em questão, da cooperação internacional e de alguns programas sociais. Para desempenhar suas funções, as comunidades urbanas dispõem de uma estrutura técnica, operacional e de gestão. As diferentes esferas de governo podem, por meio de licitações, contratar serviços de pesquisa, diagnóstico e avaliação, tanto de grupos e laboratórios situados nos ambientes universitários quanto de institutos e demais instituições de direito privado, além de consultores para realizarem atividades no âmbito das políticas sociais. (N. T.)

²⁴ Ao longo dos anos 1999-2000, a Delegação Interministerial para a Cidade (DIV) e a Direção da Ação Social (DAS) desenvolveram, em paralelo e com uma coordenação puramente formal, pesquisas prospectivas com relação à formação dos profissionais.

ou ainda os conflitos latentes entre os clubes de prevenção da delinquência e os contratos locais de segurança, ou enfim as relações não-estabilizadas, hesitando entre complementaridade, concorrência e oposição entre os assistentes sociais e as associações de mulheres-agentes comunitárias [associations de femmes-relais],²⁵ cuja emergência foi impulsionada pelas políticas da cidade.

Atualmente, parece que se assiste a uma recomposição dos espaços de referências, passível de permitir o diálogo entre os diferentes profissionais do social e o estabelecimento de relações entre estes, os pesquisadores e gestores. As regiões, encarregadas das políticas de formação e inserção de jovens, os departamentos que adquiriram a competência sobre a ação social, os municípios acionados pela política da cidade, todos esses níveis de governo desenvolvem suas próprias políticas de mobilização em torno de temáticas sobre as quais eles detêm capacidade política e técnica. A política da cidade jogou um papel preponderante na matéria, por meio do desenvolvimento dos centros, a exemplo daqueles designados "Profissão Periferia"²⁶ e da sua organização em rede. Concebidos como plataformas de encontro, esses centros pretendem impulsionar o diálogo e o confronto entre profissionais e pesquisadores, de maneira a questionar e refletir sobre as políticas. Mas o questionamento dos participantes permanece puramente local. A coleta de dados organizase igualmente a partir de abordagens muito especializadas, com uma multiplicidade de observatórios, locais ou nacionais, os quais estocam seus respectivos dados, podendo contribuir para a fragmentação da ação social. As redes mais próximas das coletividades territoriais, tais como o ODAS (Observatório Nacional da Ação Social Descentralizada) ou a RIDS (Rede de Informação sobre o Desenvolvimento Social) pretendem estabelecer relações entre os diferentes componentes desse conjunto multiforme, mas não parece evidente que eles consigam. Ademais, esses espaços de referência recompuseram seus próprios modos de relação com os profissionais, mas eles têm apenas relações distantes com os aparelhos de formação (centros de formação de trabalhadores sociais e universidades), onde se elaboram e se sistematizam saberes profissionais. Não se pode deixar de constatar os laços não-instituídos, e, no entanto, frequentemente, estabelecidos entre esses espaços de referência que estão emergindo e os centros de formação onde se forja a cultura profissional dos trabalhadores sociais.

Parece que o desapontamento e a insatisfação dos profissionais do social com relação à pesquisa correspondem à identificação de uma carência de organização do mundo da ação social. Como afirmou um administrador de um organismo de pesquisa: "as estruturas de mobilização das políticas sociais são frágeis, todos os centros de apoio e articulação se desgastaram, os espaços de transição entre o

²⁵ Tais associações desenvolvem um *trabalho de mediação sociocultural* em comunidades da periferia francesa, onde há uma população estrangeira expressiva, com a presença de inúmeras nacionalidades. Elas desempenham *funções* de informação, sensibilização e orientação, por meio de um trabalho considerado de proximidade, incluindo também, como contrapartida, o diálogo com as instituições a fim de que as necessidades do bairro ou da comunidade, em matéria de saúde, educação e acesso aos direitos sejam do conhecimento das autoridades responsáveis. (N.T.)

²⁶ Centro de recursos dos profissionais da cidade no Departamento Seine Saint Denis, cuja notoriedade ultrapassa as fronteiras territoriais. (N.T.)

meio profissional e a administração central desapareceram. Este representa um dos fatores de ruptura entre a administração e os profissionais [...] a descentralização pôs fim a todos esses canais e estruturas". Contrariamente aos anos 1970, quando um pequeno número de atores assegurava esse papel, não existe mais um núcleo de apoio unificado para pensar as políticas sociais e sua relação com a sociedade, para organizar a relação entre os gestores e os profissionais, para integrar as diferentes intervenções em um conjunto comum. Consequentemente, não existem projetos de espaços que compreendam, em sua arquitetura, a relação entre as práticas profissionais e as pesquisas. O mundo do social, ao mesmo tempo dividido e difuso, não se reelaborou nem se reorganizou a partir de um espaço e de um objetivo central, capaz de definir um conjunto coerente de políticas. Com base nessa perspectiva, pode-se até mesmo afirmar que a crise profissional não provém em si das pesquisas e das demandas de visibilidade e reconhecimento, mas da ausência de um projeto político que rearticule política social e necessidades da sociedade, e possa lhe dar um sentido.

Referências Bibliográficas:

CASTEL, R. Du travail social à la gestion sociale du non-travail. Esprit: marçoabril, 1998. , & SOULET, M. H. Secteur social et recherche universitaires: Rapport sur la structuration d'un milieu de recherche à partir des troisièmes cycles universitaires, MIRE, 1985. CHAUVIÈRE, M. La structuration du milieu de la recherche et les cinq éditions de l'annuaire de la recherche sur le social, Vie sociale, n. 2-3, 1996. . La recherche en guête du social. Ed. du CNRS, 1989. DEMAZIÈRE, D. e DUBAR, C. Comment théoriser un objet qui parle? La "grounded theory" et le langage commun. In: L'école de Chicago hier et aujourd'hui, Université de Versailles/Saint Quentin en Yvelynes, 1998. DUGUÉ, E. Fonctions d'encadrement et formations supérieures dans le secteur social, Doc. CNAM, Doc. ronéo, 1998. , "Les thèses intéressant le social, recensement et perspectives d'animation d'un milieu de recherche", Vie Sociale n. 2, 2002, pp. 77-86. , Pratiques de recherche et structuration du champ professionnel dans le secteur social, Doc. CNAM, Doc. ronéo, 2000. ION, J. Le travail social à l'épreuve du territoire, Privat, 1990. e TRICART, J. P. "Une entité problématique: les travailleurs sociaux", Sociologie du travail, XXVII, 2/85. LORTHIOIS, D. Mutations de la société et travail social, Rapport au Conseil Economique et Social, 2000. MARTIN, C. "La recherche dans le travail social comme art de convaincre", Connexions, n. 46, Recherches sur le travail social, 1985. MEYER, V. "Travail social: des expertises protéiformes", Connexions n. 74, 2000. ONFTS, Praxéologie et recherche en travail social: Contribution à un débat, Ed. ONFTS, 1999.

SOULET, M. H. Recherche sociale et formation. Essai de problématisation de la recherche sociale. In: Enjeux épistémologiques des différentes approches de la recherche en travail social, ETSUP, 2000.

VILLAIN, D. (org.). Rapport sur l'évaluation du dispositif de formation des travailleurs sociaux, Rapport remis à la Direction de l'Action Sociale, 1995.

Recebido em 20 de março de 2009. Aceito para publicação, em 05 de junho de 2009.